

Na crise, ministro

O ministro Guido Mantega saiu de reunião com a presidente Dilma Rousseff perguntando: "Que crise?" A resposta é simples: Na pergunta, ministro!

É crítica a situação de uma economia em que, diante de indicações óbvias de crise, seu ministro da Fazenda pergunta: "Que crise?" Porque, além da própria realidade, a crise se agrava por não ser vista por quem dela deve cuidar.

A crise está em uma economia cujo crescimento não reage a medidas fiscais pontuais que já custam R\$ 50 bilhões anuais de sacrifício fiscal sob a forma de isenções; em uma inflação que supera a meta de 4,5% e atinge 6,5%, que é o patamar máximo de tolerância. A crise é visível nos preços em supermercados, nas lojas e nas fábricas, especialmente na indústria de transformação. É preciso reconhecer que, graças a medidas do ministro, a crise ainda não chega a desempregar. Mas a economia não deve ser vista apenas por pontos específicos e do presente. Deve ser vista como um organismo vivo e de longa vida, que não pode ser tratado por problemas individuais e somente no imediato. A continuar, a crise certamente chegará ao nível de emprego.

A crise é visível no saldo comercial, que caiu de US\$ 20 bilhões para US\$ 7,7 bilhões no ano; na baixa taxa de poupança de 14,1% do PIB; na queda da produção industrial que chegou a -1,1% no ano que terminou em abril de 2013. Também

Ela está visível nos preços em supermercados, nas lojas e nas fábricas

é visível no endividamento bruto do país, que subiu de 53,3% do PIB, em 2010, para 59,2%, em abril de 2013; como tam-

bém no endividamento das famílias, que atingiu, segundo o Banco Central, 44% da renda em março deste ano. Está no déficit em conta-corrente, que atingiu 3% do PIB, bem como no superávit primário, estimado para cair em 2013, para próximo de 1% do PIB, o que eleva a dívida pública e derruba a confiança. A crise está na queda do Real em relação ao dólar, resistindo às intervenções do Banco Central financiadas por aumentos da dívida ou por redução das reservas.

As causas da crise estão no descontrole dos gastos públicos, no uso pouco responsável de incentivos ao consumo por exonerações fiscais, sacrificando as contas públicas e desincentivando a poupança; em uma política industrial antiga que visa à competitividade como questão de redução de custos e não como resultado da inovação; na forma errática como os "pacotes" geram incertezas ao substituir a política estrutural; no aparente uso do Banco Central e de estatais como Petrobras, Eletrobras e BNDES como parte do processo político, inclusive eleitoral. E ainda no uso de contabilidade apresentando resultados que não inspiram confiança.

Está na perda de credibilidade dos responsáveis pela economia, que evitam ver a crise, criam uma euforia e ampliam a crise ao negar que ela existe. Isto se agravará nos próximos meses se ocorrerem, como tudo indica, melhoras conjunturais que esconderão a dramaticidade do longo prazo.

A crise é de falta de estratégia para enfrentar os problemas estruturais, em todo o sistema, e de falta de percepção das tendências de longo prazo da economia. ●

Cristovam Buarque é senador (PDT-DF)